

*José Vale; Gonçalo Araújo*

*12H*

***A emergência de novos  
centros de poder de  
NFTs***

*Economia*

## **Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco**

<b>Introdução</b>	<b>3</b>
<b>Um novo mapa político</b>	<b>3</b>
<b>A Guerra Fria</b>	<b>3</b>
<b>O fim da URSS</b>	<b>5</b>
<b>A emergência da União Europeia</b>	<b>6</b>
<b>A União Europeia</b>	<b>7</b>
<b>Quais os maiores desafios da União europeia na atualidade</b>	<b>8</b>
<b>A rápida transformação dos mapas económicos</b>	<b>9</b>
<b>O problema das novas regiões de integração económica</b>	<b>12</b>
<b>A Nova Ordem Económica Internacional</b>	<b>13</b>
<b>O Terceiro Mundo e a nova ordem global</b>	<b>19</b>
<b>O caso da china</b>	<b>19</b>

## **Introdução**

Com este trabalho pretendemos explorar o tema “Um mundo policêntrico”, mais concretamente as mudanças políticas e económicas a que assistimos nos finais do século XX desde a queda do muro de Berlim ao nascimento de novas superpotências políticas e económicas. Pretendemos também que este trabalho permita uma reflexão sobre o passado imperialista tanto do nosso país como dos vários países que hoje compõem a União Europeia e como este imperialismo afetou gravemente alguns

## **Um novo mapa político**

### **A Guerra Fria**

No final da Segunda Grande Guerra, em 1945, surge em São Francisco a sucessora da Sociedade das Nações, a Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU nasce com o intuito de assegurar e incentivar a cooperação internacional e a paz mundial.

Um dos primeiros objetivos da ONU foi a descolonização. Seguindo a ideia de que a cada nação deve corresponder um estado e que cada estado deve assentar sobre uma nação iniciar-se ia um processo que marcaria a segunda metade do século XX e seria um dos principais pontos de tensão no combate ideológico entre a URSS e os Estados Unidos da América.

É importante afirmar que as tensões imperialistas que se sentiam na Europa no final do século XIX foram uma das razões para o eclodir da Primeira Guerra Mundial, daí a relevância que foi atribuída á descolonização do território Africano (dividido anos antes na conferência de Berlim em 1884-1885).

Ao mesmo tempo que se iniciava este processo de descolonização e de desmantelamento do imperialismo europeu, irrompia no mundo um confronto como nunca antes visto.

No final da primeira guerra mundial, em 1922, nasce no leste europeu um novo estado, a URSS, defensor do comunismo. Também neste período os Estados Unidos sentiam um forte e rápido crescimento que elevaria a representação literal do capitalismo á posição de superpotência mundial. É neste período que se começa a estabelecer as raízes da rivalidade entre estes 2 estados fomentadas pelas ambições de disseminar ambas as suas respectivas ideologias e de afirmar as mesmas como superiores através de triunfos militares e tecnológicos.

É necessário levantar que os acontecimentos da Guerra civil russa e a forma como os proprietários dos meios de produção foram tratados criou um ambiente de medo na Europa e especialmente nos Estados Unidos.

Do final da 2ª Guerra Mundial (1945) até à queda do muro de Berlim (1989) os Estados Unidos e a URSS indiretamente confrontaram-se em várias guerras ou conflitos:

- A guerra civil chinesa, da qual surgiria a República Popular da China (atual China) e a República da China (atual Taiwan);
- A guerra das Coreias, que resultaria na divisão em dois Estados: A Coreia do Sul, uma democracia capitalista, e a Coreia do Norte, uma ditadura comunista;
- A guerra do Vietname da qual os Estados saíam derrotados
- O conflito no Afeganistão nos anos 80
- Nas colónias europeias como impulsionadores da independência das colónias com o intuito de ganhar aliados no conflito ideológico.

## **O fim da URSS**

A chegada de Mikhail Gorbatchev ao poder marcaria o início do fim da USSR. Em 1985 Gorbatchev iniciaria uma liberalização da já severamente atrasada economia soviética, através da perestroika. Politicamente a glasnost prometia um combate á corrupção e uma maior abertura política. Infelizmente em 1986 a crise petrolífera afetava a economia mundial e a URSS agora mais aberta e liberalizada e já com uma economia frágil sofreu gravemente os efeitos desta.

As políticas de Gorbatchev acabariam por piorar a situação económica soviética. Milhares de fábricas fecharam e a inflação subia a um ritmo galopante. Por toda a União Soviética começavam a eclodir pequenos movimentos independentistas que acabariam por ganhar relevância após a queda do muro de Berlim em 1989. 2 anos mais tarde a União Soviética dissolve-se e é reconhecida às antigas

repúblicas soviéticas a independência. Surgem no Leste Europeu 15 novos países:

- Arménia
- Azerbaijão
- Bielorrússia
- Estónia
- Geórgia
- Cazaquistão
- Quirguistão
- Letónia
- Lituânia
- Moldávia
- Rússia
- Tajiquistão
- Turquemenistão
- Ucrânia
- Uzbequistão

## **A emergência da União Europeia**

A 9 de Maio de 1950, o primeiro-ministro francês Robert Schumann propunha uma cooperação alemã e francesa entre as indústrias de produção do aço e carvão de forma a apaziguar estes dois povos, assegurar a reconstrução da Europa e prevenir futuras guerras. Esta declaração levou à criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), inaugurada em 1951 com a assinatura do tratado de Paris. Seis anos mais tarde, a CECA passa a denominar-se de Comunidade Económica Europeia com a assinatura do Tratado de Roma, no qual nascem novas instituições como a EUROATOM, que controlava o uso e produção da energia nuclear, e novas diretrizes e pactos como a PAC, com o intuito de melhorar a produtividade da agricultura.

# A União Europeia

As décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo crescimento económico da CEE e pela expansão da mesma em 1973, com a entrada do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, que asseguraram a força da CEE e reforçaram o seu poderio económico visto que os 3 novos países eram economias fortes e estáveis, mas ao mesmo tempo em crescimento. É também na década de 70 que o Parlamento Europeu começa a tornar-se um órgão cada vez mais importante, democrático e com a participação política dos cidadãos dos estados-membros, sendo realizadas as primeiras eleições para este mesmo em 1979 onde os deputados eram eleitos diretamente, tal como hoje.

As verdadeiras mudanças estruturais aconteceram nos anos seguintes, nas décadas de 80 e 90. A chegada de Jacques Delors, em 1985, ao cargo de Presidente da Comissão Europeia tornou a CEE na União Europeia que conhecemos hoje. Para Delors o próximo passo a tomar seria uma verdadeira união económica entre os estados-membros, um mercado único europeu onde estava garantida a livre circulação de bens, mercadorias, capitais, pessoas e serviços, com o intuito de garantir a união e cooperação bem como o fortalecimento das economias dos estados-membros. Este mercado único ficaria consagrado no Ato Único Europeu assinado em 1986, que só entraria em vigor em 1993.

Em 1989, com a queda do Muro de Berlim e a reunificação das Alemanhas em 1990, a antiga RDA integra automaticamente a CEE.

Em 1992, é assinado o Tratado de Maastricht, em que ficariam definidas muitas das características da UE como uma maior cooperação dos governos dos Estados Membros nos assuntos internos e na justiça, a introdução do Euro como

moeda única e oficial, que acabaria por ser introduzida em 1999, tal como o Banco Central Europeu com a união monetária e económica e entraria em circulação em 2002, a criação e introdução do conceito da cidadania europeia e o reforço dos poderes do Parlamento Europeu. Os negócios estrangeiros passaram a ser realizados por todos os membros como um só, reforçando a cooperação e força da União Europeia.

O século XXI foi marcado pelo maior alargamento da UE, com a entrada de 10 novos países em 2004, muitos deles países que surgiram com a fragmentação e queda da União Soviética. Em 2007 é assinado o Tratado de Lisboa face à crise mundial sentida no mesmo ano. Este tratado reforçaria o papel do Parlamento Europeu, aumentando as áreas em que este tem poder legislativo, dando o poder de aprovar o orçamento da UE e dando ao mesmo um maior controlo sobre as outras instituições. Para os cidadãos foi instituído o direito de iniciativa que definia que estes poderiam propor ao parlamento novas propostas de lei.

### **Quais os maiores desafios da União europeia na atualidade**

Atualmente a União Europeia está a sofrer as consequências de um declínio que se iniciou por volta de 2007. A União Europeia, apesar de ser uma conquista enorme no que toca à cooperação, segurança e paz, tem um problema crucial no seu núcleo, a diversidade. A diversidade de que a União Europeia tanto se orgulha é também uma das principais razões para esta estar a sofrer um declínio político.

A UE é composta por 27 Estados-Membros, 446 milhões de habitantes e dezenas de culturas bastante distintas. Para muitos a integração dos países na UE leva a uma perda da identidade cultural e nacional e um enfraquecimento da soberania o que alimenta o pensamento antieuropeu, o euroceticismo.



O euroceticismo tem sido representado por vários partidos de extrema-esquerda ou direita que procuram romper com a União Europeia. Alguns partidos já o conseguiram fazer, basta pensarmos no Brexit.

Alguns juristas afirmam que a melhor forma de a União Europeia combater este “vírus” que se propaga pela Europa é a construção da União Europeia como um Estado Federal ou até a redação de uma Constituição Europeia.

Relativamente á segunda é extremamente difícil, possivelmente até impossível, a redação de uma Constituição Europeia. Cada estado-membro tem a sua história, a sua cultura, os seus valores e os seus princípios. Seria impossível ter todos estes fatores consagrados numa Constituição comum a 27 membros sem que se perdesse alguns destes.

A construção de uma União Europeia como um Estado Federal é uma posição que atualmente tem ganho muita relevância pois criaria uma maior cooperação e união entre os estados-membros e para além disso não reduziria a soberania estatal de cada estado-membro, como muitas vezes é dito como factual.

## **A rápida transformação dos mapas económicos**

**As relações entre Estados Unidos e Japão são relações diplomáticas estabelecidas nos laços históricos, políticos e culturais que estes partilham.**

A rendição japonesa aos Estados Unidos aconteceu no dia 14 de agosto de 1945, dias após as bombas atómicas lançadas sobre Hiroxima e Nagasaki. A

oficialização da rendição japonesa aconteceu no dia 2 de setembro de 1945, no navio americano USS Missouri.

A aceitação dos termos de rendição emitidos na Declaração de Potsdam impôs ao Japão a ocupação militar realizada pelos Estados Unidos.

A ocupação americana no Japão durou até a assinatura do Acordo de Paz de São Francisco, que ocorreu em 1951. A partir de 1952, o Japão tornou-se novamente um país “independente”, e as tropas americanas de ocupação deixaram o país conforme estipulava o acordo. Durante a ocupação americana, o Japão ficou proibido de possuir forças armadas, em que só posteriormente foi permitido possuir até 350 mil soldados para garantir a segurança da nação.

A infraestrutura e economia japonesas estavam completamente destruídas em 1945. A inflação estava fora de controle, e a população, muitas vezes, só encontrava alimentos básicos no mercado negro. Além disso, a sombra soviética representava para os Estados Unidos um grande risco para seus interesses geopolíticos na Ásia.

A partir de uma parceria econômica entre Estados Unidos e Japão, a reestruturação da nação japonesa foi possível. Além disso, durante a ocupação americana, os Estados Unidos não permitiram que tropas soviéticas ocupassem parte do território japonês, o que acabou afastando qualquer tipo de influência soviética no Japão.

A consolidação do capitalismo no Japão deu-se por meio de uma série de reformas, resultado da intervenção dos EUA. O período de ocupação militar norte-americana (1945- 1952) foi marcado pela política dos três D's: democratização, desmilitarização e desmonopolização. Em termos de democratização, foram introduzidas instituições liberais e o aumento da

intervenção governamental na economia. Em relação à desmilitarização, a nova constituição japonesa renunciava à força militar permanente, permitindo apenas uma força de autodefesa. E, por último, os zaibatsus (grandes conglomerados econômicos) foram dissolvidos para evitar a monopolização. Foi a forma de assegurar aos EUA um importante aliado no continente asiático, bem como de evitar, no Japão, a aproximação do comunismo.

O período seguinte é marcado por um avassalador crescimento econômico, responsável por tornar o Japão, em poucos anos, a terceira maior potência econômica do planeta. O país realizou uma revolução tecnológica através da importação de tecnologia de alta qualidade, que lhe possibilitou acumular superávits crescentes (excesso de receitas sobre as despesas) na balança comercial no curto prazo, conseguindo aproximar-se de outros países, como os Estados Unidos, a União Soviética e a Alemanha.

A recuperação econômica japonesa teve origem na Guerra da Coreia em 1950, quando todo o fornecimento de materiais era garantido por fábricas japonesas financiadas pelo capital americano: estas indústrias seriam o motor do crescimento futuro. É importante ressaltar que a cultura nipônica foi essencial para a reconstrução do país, uma vez que é baseada no corporativismo e no patriarcalismo oriental, em contraste com o individualismo ocidental. Assim, o comprometimento da população com a nação foi muito grande, apesar das péssimas perspectivas locais do pós-guerra.

Durante a Guerra Fria, o foco da política externa japonesa era basicamente econômico, graças à sua dependência militar dos Estados Unidos que fez abdicar de preocupações referentes à segurança: estava o país sob o “guarda-chuva” de proteção nuclear norte-americano. A aliança com Washington foi fielmente mantida por todos os governos japoneses desde o pós-guerra, sendo o tratado de segurança para proteção estratégica um dos pilares fundamentais da política externa do Japão.

Atualmente os Estados Unidos consideram o Japão como um dos seus aliados mais próximos, e os japoneses, por sua vez, já expressaram a gratidão pelo apoio consistente dos norte-americanos na Ásia Oriental.

## **O problema das novas regiões de integração económica**

O poder de soberania exercido pelo Estado encontra fronteiras não só nos direitos da pessoa humana como também nos direitos dos grupos e associações, tanto no domínio interno como na órbita internacional. Aliás, no plano internacional, a soberania é limitada pelas regras da coexistência de Estados soberanos, não podendo invadir a esfera de ação das outras soberanias.

Atualmente, a ideia de soberania tem passado por muitas transformações, decorrentes da globalização, que, por sua vez, decorre do progresso que se verifica no contexto econômico e, notadamente no ramo das telecomunicações, e que acabou levando à facilitação da livre circulação do capital e à consequente abertura do espaço econômico internacional.

A integração é um processo, normalmente estimulado por interesses econômicos, que leva nações, países a buscar arranjos que permitam ou assegurem ação conjunta de resultados benéficos. Esse atuar conjunto será fruto do ajuste equilibrado de soberanias, em se tratando de países independentes. E a integração será perfeita e plena quando decorrer da vontade popular ou tiver sido por ela ratificada, através de seus representantes, legitimamente eleitos. A construção de uma integração econômica ocorre por etapas, por aproximações sucessivas. A maneira de viabilizá-la é pelo caminho do gradualismo, da flexibilidade e do equilíbrio, princípios que devem estar sendo explicitados em todo mercado comum.

A integração surge inicialmente como integração econômica, processo-motor das outras formas de interação (social e política), correspondendo à formação de blocos de Estados, que, atendendo a determinados padrões (estabilidade política e econômica, especialmente), se vinculam através de tratados fundacionais e se comprometem, de maneira progressiva, a liberar seus mercados.

A liberação dos mercados ocorre por meio de vários fatores, como a eliminação de restrições alfandegárias e não-tarifárias à circulação de bens, serviços e 9 fatores de produção, coordenação de políticas macroeconômicas, fixação de uma tarifa comum, harmonização legislativa, com vistas ao desenvolvimento conjunto pelo compartilhamento dos esforços e recursos.

A globalização representa um processo de intensificação das relações sociais mundiais, decorrente da unificação dos mercados e da internacionalização dos processos produtivos, ao ponto de aproximar distâncias, homogeneizar expectativas de consumo, bem como de submeter o poder soberano do Estado-nação a uma teia progressivamente complexa de compromissos internacionais e de políticas traçadas no âmbito de organismos e de grupos integrados.

A criação de áreas de livre comércio entre países tem gerado grandes discussões e polêmicas. Para uns, a partir do momento em que determinado país adere a um processo de integração econômica, há perda de soberania, enquanto outro segmento vê na formação de blocos econômicos um passo natural no processo de liberalização do comércio internacional

## **A Nova Ordem Económica Internacional**

Uma ordem mundial diz respeito às configurações gerais das hierarquias de poder existentes entre os países do mundo. Dessa forma, as ordens mundiais modificam-se a cada oscilação em seu contexto histórico. Portanto, ao falar de uma nova ordem mundial, estamos a referir-nos ao atual contexto das relações políticas e econômicas internacionais de poder.

Durante a Guerra Fria, existiam duas nações principais que dominavam e polarizavam as relações de poder no globo: Estados Unidos e União Soviética. Essa ordem mundial era notadamente marcada pelas corridas armamentista e espacial e pelas disputas geopolíticas no que se refere ao grau de influência de cada uma no plano internacional. Este era o mundo bipolar.

Desde há décadas, na segunda metade do século passado, que nos meios progressistas se falava da necessidade de uma nova ordem económica mundial. Sempre em vão.

Claro que esta "nova ordem" não definiu com suficiente clareza quais as políticas financeiras e económicas suscetíveis de criar, na expressão de Obama, um novo paradigma de desenvolvimento.

E não ultrapassou velhas divergências entre os países ditos desenvolvidos e os países emergentes.

No entanto, no plano diplomático, deu-se um passo em frente (importante) pondo a dialogar com os países tão diferentes como os Estados Unidos, a China, a Alemanha, o Japão, a Rússia, o Brasil, a Índia, a África do Sul e a Indonésia.

Quanto às conclusões, contêm alguns princípios simpáticos, mas vagos: "Deve fazer-se mais contra as práticas abusivas do mercado" (sem se indicar quais e como); "importa fortalecer a regulação do sistema financeiro internacional" (sem também se indicar como); "o Banco Mundial e os bancos regionais deverão reforçar a coordenação entre si"; "não se deve estimular o retorno às práticas que levaram à crise"; e, finalmente, que "se deve fomentar a transparência das estruturas de compensação". Tudo boas intenções. Mas será que os G20 estarão resolvidos a passar das palavras aos atos?

Finalmente, ocuparam-se da "segurança energética e das mudanças climáticas" - que irão ser discutidas e, depois, tomadas medidas perentórias, em Copenhaga, em Dezembro próximo - "prometendo trabalhar para que a recuperação seja duradoura, sustentável e verde". Prometem ainda trabalhar

para que a Ronda de Doha (respeitante à Organização Mundial do Comércio, onde não houve acordo entre os "desenvolvidos" e os "emergentes") possa terminar com êxito em 2010, "sendo imperativo permanecerem unidos contra o protecionismo".

#### China e a nova ordem económica mundial

O que começou como uma crise de saúde de dimensão global, acabou por se tornar na maior crise económica e social dos últimos anos. A crise que se instalou em virtude da pandemia de covid-19 teve impactos na sustentabilidade e competitividade de empresas, Estados e cidadãos e, apesar dos sinais recentes de retoma da atividade económica, esta é muito diferente para cada região, país e organização.

A crise pandémica que hoje enfrentamos não só acelerou algumas tendências e prioridades de investimento, como vai também desencadear uma nova ordem económica marcada pelo aumento da intervenção dos Governos e pelo desencadear de medidas orientadas para o crescimento económico, mitigando os efeitos nefastos do desemprego e da queda abrupta do consumo.

Mas é certo também que a crise levará, por contraponto, a uma maior força económica da Ásia uma região na qual mais de metade da população mundial está concentrada, que tem uma perspetiva demográfica mais favorável do que a do resto do mundo, classes médias em ascensão e um planeamento urbano em constante desenvolvimento. Para além disso, existe na região uma maior estabilidade política e níveis de dívida mais baixos do que noutros países, o que, a juntar ao baixo preço do petróleo, torna a região mais bem posicionada para enfrentar o impacto devastador da pandemia.

A China tem vindo, há largos anos, a reorientar o seu modelo de crescimento económico para ser mais dependente do consumo local e menos das exportações pela procura externa. Esta inversão de modelo económico já estava, porém, em curso antes da pandemia e o Governo chinês tudo fará para impedir que o motor pare.

O investimento em empresas expostas ao que os consumidores chineses compram pode ser, por tudo isto, um caminho para os investidores.

Muitas delas investem significativamente em inovação tecnológica, mas também se aproveitam de fatores como o acelerado desenvolvimento urbano ou questões de saúde associadas a uma população envelhecida e hábitos de vida mais saudáveis.

Importa aos investidores considerar, pois, dois aspetos fundamentais relativamente a esta matéria.

O primeiro tem que ver com a avaliação das empresas e com as perspetivas de crescimento, isto é, se é instável ou mais sustentável, se passa mais ou menos despercebida pelo mercado, etc.

O segundo tem que ver com a atenção que deve ser dada à capacidade de geração de liquidez das empresas analisadas e à forma como essa liquidez é utilizada.

Estamos hoje na presença de uma nova ordem mundial, mais que uma ordem apenas internacional. Por outro lado, o fim do confronto entre EUA-URSS, a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética acabaram no conjunto por desmantelar o sistema de equilíbrio bipolar nas relações internacionais. Está, portanto, ainda em aberto a redefinição da nova ordem mundial. Sendo evidente que, sem equilíbrio de poderes nem rival capaz de projeção de força à escala planetária, os EUA, se afirmaram como a única potência, pelo menos militar, tornando obsoletos alguns dos conceitos dados como adquiridos no seio das relações internacionais. A nova ordem mundial é marcada não mais pelo poder das armas, mas pelo poder do dinheiro, as relações económicas estão mais intensas e com uma nova geopolítica

A economia mundial, globaliza-se e simultaneamente fragmenta-se em blocos regionais. A partilha do mercado mundial envolve as estratégias das grandes corporações económicas e as políticas dos Estados. A globalização pode então



ser resumida a duas características, internacionalização da produção e das finanças. Passando o Estado, de protetor das economias nacionais a provedor do bem-estar social a adaptar-se à economia mundial ou às transformações do mundo que ela própria e a exaltação do mercado provocam. Surge uma mundialização do capitalismo, onde a competição e a competitividade entre empresas se tornaram questões de sobrevivência.

Agora estamos em condições de afirmar que também os acontecimentos do 11 de Setembro contribuíram para a definição de uma Nova Ordem Mundial, assim como a Guerra do Iraque revelou novos equilíbrios na comunidade internacional. Por outro lado, o Estado já não detém o monopólio do uso da força e da guerra, já que esta pode ser também desencadeada por grupos não estatais, organizações terroristas ou ainda os chamados “senhores da guerra”.

De acordo com essas novas ameaças, é também necessário delinear novas estratégias, nomeadamente através de mecanismos de prevenção, projeção ou cooperação internacional.

Desde o fim da guerra-fria que as questões da distribuição do poder e do rumo da política externa dos EUA têm dominado grande parte das discussões no seio da teoria das Relações Internacionais. Dividindo-se as posições, entre os que subscrevem a emergência de um sistema internacional unipolar e os que preveem o regresso a um sistema de distribuição de poder multipolar.

Na verdade, a existência de um mundo unipolar com a predominância a pender para os EUA, à “primeira vista” verifica-se pela constatação de diversos fatores, nomeadamente, uma hegemonia em todas as áreas do poder: Atualmente são a maior economia do mundo, representando cerca de  $\frac{1}{4}$  do PIB Mundial; detêm grandes centros de educação e investigação, levando a uma ciência e tecnologia mais avançada; ainda têm um forte poder de atração, com o “American way of life”, a TV e o Cinema; dominam os mecanismos de regulação da maior parte das organizações internacionais

Tendo também por isso uma invejável posição nas relações Internacionais, porque na medida da sua grandeza, não podem ser coagidos, impor regras ou

comportamentos que não queiram assumir, a exemplo do que se passa com as ratificações do TPI ou do Protocolo de Quioto sobre alterações climáticas. Possuem uma posição que lhes permite intervir onde, quando e como quiserem.

Num sistema unipolar a potência dominante adquire uma posição de hegemonia, da qual emana a criação e a manutenção da ordem internacional. Esse poder hegemónico tende a ser coercivo e unilateral, permitindo a máxima liberdade de ação. Mas quando a potência unipolar exerce a sua hegemonia através de instituições internacionais, nesse caso pode falar-se em hegemonia multilateral.

Hoje em dia, é evidente que existem circunstâncias que impedem os EUA, apesar de serem a única superpotência, de alcançarem essa unipolaridade pretendida. Desde logo, a nível interno, as instituições não estão preparadas para dirigir um império mundial, nem os cidadãos estão dispostos a sacrifícios financeiros e pessoais (até porque na sua maioria julga que o mundo “lá fora” ou não existe ou não interessa). Não podemos também ignorar que se atendermos apenas ao arsenal nuclear o mundo será multipolar. Embora não seja crível que os seus detentores ambicionem uma estratégia global, antes se enquadram no conceito da dissuasão do fraco ao forte, embora encarado com algumas reservas.

No entanto, nas últimas décadas a evolução do quadro internacional foi marcada por um indiscutível movimento de reforço de regras de observância coletiva, que levaram à edificação de uma ordem política e jurídica de natureza multilateral, que veio a impor-se no seio da comunidade internacional de uma forma gradual.

A consciência pública de uma crescente interdependência dos Estados, associada à socialização de um difuso desejo de paz, justiça social, harmonia e bem-estar na ordem internacional, assumido como o único pano de fundo eticamente justificável para qualquer sentimento coletivo, criou condições para o florescimento do multilateralismo.

Este sistema foi, assim, sobrevivendo com algum sucesso aos desafios que se confrontou e foi adequando no tempo mecanismos de defesa para suportar as tensões que sobre ele se faziam sentir

No sentido de se manter uma ordem política internacional mais estável, até os processos regionais de integração como o Mercosul, a ASEAN ou a União Europeia, são forçados a considerar de maneira mais séria as questões de segurança, mesmo que nenhum deles tenha vocação para se transformar em potência militar global. Na medida em que o futuro e a credibilidade desses processos vão depender da capacidade de cada um redefinir o papel o papel que está disposto a assumir na atual hierarquia de poder internacional.

## **O Terceiro Mundo e a nova ordem global**

### **O caso da china**

A morte de Mao Tse Tung em 1976 sucedeu-se pela chegada de Deng Xiaoping ao poder em 1978, que resultou numa abertura progressiva do regime e na modernização de vários pontos da economia, como a indústria e a agricultura. Deng procurou também extinguir algumas das práticas executadas por Mao como por exemplo a existência das comunas.

A primeira ação de Deng foi dividir o território chinês em duas zonas distintas, interior e litoral. Interior era maioritariamente uma zona rural e focada em satisfazer os desejos de autarcia da China, sem qualquer intervenção exterior. O litoral era uma zona mais desenvolvida, aberta e atrativa ao investimento estrangeiro e privado, algo que era altamente incentivado pelo governo chinês.

O interior chinês sofreu fortes alterações durante o período de Deng. Primeiro, descoletivizou-se as terras e arrendaram-se as mesmas a camponeses que eram livres de as explorar e de vender os seus excedentes no mercado livre. Deng procurou também aproveitar e explorar ao máximo os recursos naturais utilizando a agricultura como uma fonte de matéria-prima para as novas indústrias que iam surgindo. A alta preferência que Mao tinha pela indústria

pesada, principalmente pela indústria metalúrgica foi abandonada e procedeu-se ao incentivo da produção de bens essenciais e produtos de consumo.

No litoral, emprega-se o sistema de “Porta Aberta”, no qual, em 1980, as cidades de Shenzhen, Zuhai, Shantou e Xiamen foram as primeiras a receber a distinção de Zonas Económicas Especiais. Estas ZEE’s eram dotadas de legislações ultraliberais e extremamente favoráveis ao comércio e negócio, sendo consideradas paraísos fiscais, o que atraiu empresas de todo mundo, que rapidamente estabeleceram contratos com o governo e as empresas locais ou simplesmente abriram filiais nestas mesmas cidades. Em 1983 oficializava-se a abertura de mais 14 cidades e a ilha Hainan ao investimento externo.

Esta abertura ao exterior levou a que Washington rompesse as suas ligações com a República da China e passasse a reconhecer a RPC como o governo oficial do povo chinês. Esta nova ligação com Washington permitiu que a China integrasse organizações internacionais como o FMI, o Banco Mundial e o GATT.

No final da década de 80, a era de Deng chegava ao fim, algo que se tornou evidente com o massacre da praça Tiananmen, em Pequim a 4 de junho de 1989. Apesar de a década de 80 ter proporcionado à população rural uma melhor de vida, estas continuavam desorganizadas e com dificuldades na sua mobilização, ao contrário das populações residentes das zonas urbanas do litoral, que estavam organizadas e estruturadas. Em 1987 o afastamento e morte do ex-secretário geral Hu Yaobang, aquele que inicialmente era o sucessor de Mao Tsé Tung, gerou bastante descontentamento. Yaobang era uma das principais personalidades apoiantes do reformismo e de uma China mais liberal. O descontentamento acentuou-se a 15 de abril de 1989 quando começaram, em Pequim, manifestações pacíficas a favor de um regime mais livre. A 3 de junho são enviadas para a praça Tiananmen forças militares e tanques, resultando na morte de cerca de 800 civis e mais de 10000 feridos. Face às críticas internacionais, Deng Xiaoping acaba por renunciar a todos os seus cargos e títulos em 1990. Então concluindo assim deu-se origem aos NFTs.





Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4





Figura 5

